

O ESTADO SANITÁRIO E A MEDICINA NA PROVÍNCIA PARANAENSE (1853-1889)

HEALTH STATUS AND MEDICINE IN THE PROVINCE OF PARANÁ (1853-1889)

Fábio Voitechen*

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo esboçar um quadro geral sobre o estado sanitário da Província Paranaense, as principais medidas tomadas pelo governo a fim de reverter a deficiência no que se refere à saúde pública na região, bem como o papel da medicina e dos médicos nesse processo de medicalização da sociedade. Para tal serão analisados artigos da imprensa, teses médicas e principalmente os relatórios dos presidentes da província.

Palavras-chave: estado sanitário; medicina; Paraná provincial; relatórios de governo; saber médico.

ABSTRACT

The purpose of this study is to outline the health status of the Province of Paraná, the main measures taken by the government in order to reverse the deficiency in public health in the region, as well as the role of medicine and doctors in the process of medicalization of society. To this end, newspaper articles, academic theses and reports written by the presidents of the province will be analyzed.

Keywords: health status; medicine; Province of Paraná; government reports; medical knowledge.

* Especialista em História Cultural, Mestrando em História Cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina e professor de História da Secretaria Estadual de Educação do Paraná. E-mail: fabiohaj361@hotmail.com

Introdução

O presente artigo tem por intenção verificar e traçar um panorama do estado sanitário do Paraná, como parte do Brasil nos tempos do Império, ou seja, entre os anos de 1853, ano de sua emancipação, a 1889, data que marca mudança de regime político no país. Para tal empreitada, serviram de base os relatórios dos presidentes das províncias, documentos oficiais, nos quais os autores se dedicavam a diversos assuntos concernentes à administração pública, e que serviam também como uma espécie de prestação de contas às assembleias estaduais.

Por serem obras extensas e genéricas, como foi dito, serão destacadas as seções que se reportavam a assuntos referentes à saúde pública. Vale lembrar, também que estes relatórios embora sejam riquíssimos em informações, ainda são insuficientes para recriar a atmosfera paranaense no que se refere ao assunto, porque mesmo se tratando de documentos oficiais estes eram também passíveis de manipulações de acordo com o interesse de seus autores. Portanto, além destas obras, serão utilizados periódicos e outras fontes que possam confrontar e/ou ratificar as informações oficiais.

Além de avaliar a situação sanitária da província, isto é, apontar o que necessitava de melhoramentos em relação ao saneamento, às doenças mais acometidas, seus tratamentos, etc., faz-se importante também avaliar questões concernentes às práticas médicas e o papel dos médicos quando envolvidos nas poucas instituições existentes que se ocupavam de promover a saúde dos habitantes da ‘nova’ província paranaense.

O papel do médico, aliás, é de suma importância quando se ocupa a estudar as relações entre o corpo e a saúde. Ademais é importante frisar que a partir da segunda metade do século XIX houve uma valorização do saber (LUZ, 1982. p.40) e o discurso médico ganhou mais reconhecimento e prestígio devido ao embasamento científico que a medicina adquiriu. As novas descobertas científicas foram empregadas na medicina, e em alguns casos elas geraram resultados positivos, logo os discursos médicos se tornaram referência para a (re)estruturação dos serviços sanitários e de saúde, e em consequência disso este profissional passou a influenciar deliberadamente nas decisões políticas que se referiam

a saúde da população em geral, pois de certa forma eles se tornaram os especialistas e administradores do espaço coletivo (FOUCAULT, 1986. p. 117).

Um diagnóstico preliminar da nova Província

Com a emancipação decretada, pela lei nº 704, de 29 de agosto de 1853, agora se tornava necessário criar todo um aparato burocrático, a fim de administrar a região e torná-la produtiva perante o império, para então fazer jus à separação da província de São Paulo.

Devido à baixa densidade demográfica, uma vez que no ano de 1854 o número de habitantes de toda a província era de 62.258 habitantes (PARANÁ, 1854. Anexos) distribuídos em cerca de 180 mil Km², (cerca de 0,3 hab./ Km²) o estado sanitário nos anos iniciais após a emancipação não era tão alarmante assim, segundo as notas oficiais que diziam “que a saúde publica tem apresentado o mais lisongeiro aspecto” (Idem p. 40). Entretanto, vale lembrar que, mesmo com uma população reduzida, o governo não possuía recursos para lidar com situações extremas, prova disso é que em 1855, dois anos após sua emancipação ocorreu uma notícia de que uma epidemia grassava pelo império e este fato levou o chefe de polícia provincial, a apelar aos seus moradores para que criassem uma comissão com o objetivo de evitar a chegada e a proliferação desta doença em terras paranaenses.

Os envolvidos nesta tarefa, a pedido do governo, publicaram o texto com seus pareceres. O curioso é que a publicação é um tanto contraditória, pois, ao mesmo tempo em aponta que tinha pouco a se fazer, deixa uma série de recomendações, principalmente no que se refere à quantidade de médicos que, segundo a nota, eram em número insuficientes para atender a população.

Dedicando-se com toda a boa vontade ao desempenho dessa incumbência, reconheceu desde logo a comissão e com prazer – **que pouco tinha ella a fazer pois o que o zelo e solicitude do exm. Governo da provincia e v.s. têm já prevenido todas as medidas, cuja**

1 Nesse período as questões limítrofes entre o Paraná e Santa Catarina não haviam sido resolvidas ainda, por isso, fica difícil precisar a área total da província.

adoção poderia ella lembrar. Entretanto embora tenha a comissão de indicar providencia quase já lembradas e realizadas pelo exm. Governo e por v.s., passa ella a expor quaes aquellas que **no parecer do único medico existente nesta cidade e de algumas pessoas experientes, que foram ouvidas a semelhante respeito, parecem mais convenientes.** Entre os meios preventivos aconselhados pela hygiene, a comissão julga dever incluir: **1º** o aceio das ruas e arrebaldes mais proximos da cidade, promovendo-se a dessecação das aguas estagnadas e remoção de immundicies, que facilmente se convertem em outros tantos focos de infecção. **2º** Fiscalização vigorosa do aceio interior das casas particulares e da cadêa. **3º** Um exame minucioso de todos os comestiveis expostos á venda, bem como das tabernas, suas vasilhas, &c., para o fim de evitar-se não só que sejao consumidos pelo povo generos deteriorados como que elles seão medidos ou vendidos em vasilhas, cuja substancia possa altera-los. **4º** Evitar por todos os meios convenientes a transmissão do mal, ou prohibindo absolutamente o ingresso de pessoas e objectos indos dos logares affectados, ou estabelecendo nos pontos convenientes longas quarentenas e meios de desinfecção a que devão sujeitar-se as pessoas e cousas vindas de lugares contagiados. **5º** prohibir desde já os enterramentos dentro ou em roda das igrejas, determinando que elles so fação em cemiterios extra muros. [grifos meus] (Dezenove de dezembro, 30 ago, 1855. p.2).

Ainda no decorrer da matéria, a comissão sugere mais algumas atitudes como, por exemplo, providenciar uma botica e remédios, informação esta que só vem corroborar o fato de que o Paraná não estava preparado para combater uma possível epidemia, uma vez que o governo não tinha a sua disposição medicamentos para oferecer a população e nem sequer uma botica pública, logo àqueles mais pobres restavam medicações caseiras ou de origem duvidosa.

Além disso, a comissão pede, ou melhor, implora para que sejam enviados alguns médicos militares e que se publiquem nos jornais e outros meios de comunicação conselhos para evitar infecções. A partir dessas afirmações, pode-se chegar a conclusão de que o governo não estava preparado para lidar com situações que demandavam urgência. Entretanto, antes de acatar todas essas informações,

deve-se levar em consideração que estas são provenientes de um jornal e este tinha provavelmente uma orientação política, a qual talvez levasse o editor ou os editores a exagerar um pouco nos fatos.

Para averiguar se os dados são de fato verídicos, foram analisados os relatórios expedidos pelos presidentes da província e outros assessores de governo.

É claro que o resgate deste passado é sempre incompleto, independente da quantidade de fontes utilizadas; entretanto, através destes documentos, pode-se observar um pouco das principais dificuldades, os anseios dos administradores, as precauções tomadas por eles e, principalmente, quais diretrizes foram tomadas como referência para as ações voltadas à saúde pública na nova província. Além disso, é preciso considerar que esses documentos podem ser tomados como discursos e, como tais, deve-se observar que a questão da leitura deve estar em suspenso, pois o que é fundamental é o seu sentido (ORLANDI, 1999. p.25), o “discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (FOUCAULT, 2009. p.10).

De qualquer maneira, as fontes oficiais parecem confirmar as informações obtidas na imprensa, mas é importante salientar também que muitas vezes a população era resistente a novas recomendações médicos/sanitárias. Nos primeiros relatórios pós a emancipação da província, foi possível observar passagens onde o primeiro presidente Zacarias de Goes Vasconcelos se refere a não observância da determinação que proíbe o enterro de pessoas nas proximidades das igrejas.

No entanto facil he de ver, que as razões que aconselham a pratica dos enterramentos em cemitérios, não são completamente attendidas, se, estes em vez de edificados em bem escolhidas situações, afastados do centro povoando, levantão-se mesmo ao lado dos templos à que afluem os fieis para render culto ao Creador (PARANÀ, 1854. p. 52).

Logo depois, o presidente relata uma situação que provavelmente era comum antes da adoção da lei. Segundo ele, “os cadáveres erão sepultados no corpo da matriz, e muitas vezes fragmentos de ossos humanos andavão dispersos aqui e allí” (Idem p. 52), expondo as pessoas ao perigo, obviamente.

Além da resistência, o governo muitas vezes tinha que lidar com a ignorância e a miséria de algumas pessoas, conta o presidente que

em Morretes deo-se este caso deplorável que, morto de mordedura de cobra hum boi, mandou o dono tirar-lhe o couro, deixando a carne no campo. Hum pobre então, sem reflectir no que fazia, levou dous quartos da rez para sua casa, e outros carregarão o resto, e quantos delle comerão enfermarão gravemente, morrendo 5 pessoas (Ibdi. p. 11).

Em um relatório de 1855, o chefe de governo continua a reclamar da situação sanitária do estado uma vez que para ele “a saúde, isto é, a unidade, que da valor as cifras da vida, anda na provincia ao Deos e à aventura” (PARANÁ, 1855. p. 40). As queixas não pararam por aí, e, neste mesmo documento, há a confirmação de que o número de médicos era, como afirmou a imprensa, muito reduzido, pois, segundo suas palavras, existiam apenas três e, desses, apenas um residia na capital: o Dr. Murici, figura que acabou se destacando no cenário paranaense, uma vez que ocupou entre outros o cargo de cirurgião do corpo provisório e de vacinador do exército, o Dr. Faivre e José Francisco Corrêa.

Profissionalismo e charlatanismo

José Candido da Silva Murici, entretanto não se notabilizou apenas por ser o vacinador oficial, mas também por atuar junto a população mais carente. Formado em 1852 na Faculdade de Medicina da Bahia, ele chegou e se fixou na província no mesmo ano de sua emancipação a pedido do Presidente Zacarias, que também era baiano. Não se sabe ao certo qual era a sua especialidade médica uma vez que das teses catalogadas² não se encontra a sua, entretanto ao que tudo indica era a botânica um dos ramos “da sciencia maios communs ao Dr. Muricy. Della incumbido ora consultava a posição topographica do lugar, o poder vegetactivo do solo, as condições atmosféricas, as mudanças bruscas de temperatura; ora embrenhado-se nas mattas, que circundavam Curityba, procurava no meio da es-

plendorosa vegetacção com a atilada perspicácia de profundo botanico, a herva, a casca, o lenho, a raiz, enfim, que eram agentes médicos (NEGRÃO, texto digital)”. Foi também idealizador e construtor do Hospital de Caridade de Curitiba, atualmente denominado de Santa Casa, mas não chegou a presenciar a inauguração realizada pelo próprio imperador D. Pedro II, por ter falecido um ano antes, em 1879.

Na região do Ivaí estava estabelecido o médico francês Jean de Maurice Faivre, (FRANCO, 2009. texto digital) considerado o primeiro cooperativista da história do Brasil. Ele se fixou em território paranaense por volta de 1847, a fim de erigir sobre estas terras uma comunidade igualitária a exemplo dos ideais propostos por Fourier e Saint-Simon; entretanto, da Colônia agrícola de Tereza Christina que fora fundada por ele, restam apenas lembranças.

O terceiro e o último médico citado pelo presidente foi José Francisco Corrêa, mas sobre este não há informações que possam ser confirmadas uma vez que segundo o próprio conselheiro Zacarias este viajava frequentemente e por isto não parecia “fazer da arte de curar sua profissão habitual” (RELATÓRIO, op. cit. p.41).

Como existia essa enorme falta de profissionais especializados, o presidente aproveitava para alertar e condenar a prática do charlatanismo, isto é, a conduta de inculcar ou anunciar cura por meio secreto ou infalível, algo comum durante este período. Talvez outras práticas utilizadas como a mezinha, bençãos, simpatias, etc., até chegassem a curar doentes, mas o fato é que os praticantes destas terapêuticas alternativas não tinham autorização para fazê-lo e como neste momento o controle da prática médica estava sob a tutela do governo era vital que os não licenciados parassem de atuar. E para que isso ocorresse, era preciso que o discurso médico e o político se unissem na tentativa de desmoralizá-los.

Afora estes três indivíduos, não consta-me que haja mais pessoa alguma autorizada legalmente a curar: são os que por ahi receiptão, medicos nacionaes ou estrangeiros, que ainda ão satisfizerão as clausulas da legislação do paiz, para podêrem usar de sua arte, ou verdadeiros, charlatães, que, abusando da credulidade publica, vão sacrificando aqueles que depositaram fé na sua sabedoria, adquirida sem trabalho nas faceis indicações de

² Sobre isto consultar MEIRELLES, Nevolanda Sampaio et al. *Teses doutorais de titulados pela Faculdade de Medicina da Bahia, de 1840 a 1928*. “Gazeta Médica da Bahia” n.º 74, 1, 2004. Disponível em: <http://www.gmbahia.ufba.br/index.php/gmbahia/article/viewFile/373/362>. Acesso em: 17 fev. 2011.

mestres, os vezes tão sabios como elles, depois de terem, uns e outros, dado ao publico, em outras profissões menos arduas, provas inequivocas de sua ineptidão. Na completa anarchia, medica e pharmaceutica, que indico, surgem, no em tanto, algumas queixas de individuos, que se dizem prejudicados pelo predominio do charlatanismo (Idem. p. 37-39).

Interessante notar é que esta tentativa de desmoralizar os curandeiros, feiticeiros, mezinheiros, etc., não era uma preocupação que ocorria apenas no sul do país, pois mesmo na Bahia, celeiro de formação de médicos, haja vista que nesta época só existiam faculdades de medicina em Salvador e no Rio de Janeiro, também ocorriam denúncias acerca da prática ilegal da medicina.

É necessario que a policia medica seja uma realidade entre nós; não porque, como pensam alguns, os charlatões causem damno aos interesses materiaes da profissão que tem bastante dignidade para desprezal-os, condemnal-os a esta abjeção a que são lançados sempre do brilho ephemero e fugaz com que illudem a curiosidade publica. Se não fosse o receio pelo descrédito das leis e pelo perigo da saúde publica, valia a pena deixal-os aniquilarem por si mesmos (GAZETA MÉDICA DA BAHIA, 1868. p. 219).

Iniciativas do governo e as contínuas resistências

No entanto, não apenas os praticantes da medicina ilegal foram alvo do governo, outros âmbitos também estavam relacionados à saúde do cidadão, afinal, não adiantava fiscalizar o exercício da medicina sem criar condições para que se evitasse a propagação de doenças, logo os espaços públicos e também privados acabaram sofrendo a intervenção dos profissionais da saúde. Aos poucos os governantes iam tomando decisões que visavam impedir que as pessoas adoecessem, e, para isso, passaram a fiscalizar e normatizar os locais de venda de alimentos, como se pode observar em outro relatório.

A camara municipal ordenou a caiadura interior e exterior de todos os edificios, e de acordo com as auctoridade policiaes, procedeu ao mais esculpulo examẽ em todas as casa de negocio em que se expunhão à venda generos alimenticios,

mandando lançar ao mar todos os que se achavão deteriorados, e multando, na forma das posturas municipaes, os commerciantes que os exhibião (PARANÁ, 1856. p.19-20).

Além disso, o governo procurou atrair alguns profissionais da saúde para cuidar do povo paranaense, a primeira botica de Curitiba foi aberta por Augusto Stellfeld em 1857; entretanto, a julgar pelas palavras dos governantes, esta não seria muito utilizada, pois a população parecia não estar convencida ainda de que estes profissionais poderiam tratar de maneira eficaz as doenças. No relatório anual, apontava o segundo vice-presidente

Dir-se-há, Snrs., que não à escacez das molestias, mas à insignificancia das povoações, que não supporta ainda a permanencia de medicos e pharmaceuticos, é devido um tal fenômeno (PARANÁ, 1858. p. 41).

Além de não aderir ao uso dos medicamentos alopáticos ou convencionais, eram constantes as reclamações nos relatórios com relação à resistência por parte da população a vacina antivariólica.

Nenhum desenvolvimento notavel apresenta a vaccina na provincia. Não attribuo ao digno medico (...). Antes, ao desleixo dos paes, tutores e encarregados da educação da mocidade, à indifferença de alguns, e á imprevidencia de muitos se deve a falta da propagação d'aquelle fluido, e o mais das vezes o apparecimento do mal que bem se podia evitar (PARANÁ, 1860. p. 21).

A ignorancia do povo é em conclusão a causa efficiente do estado pouco lisongeiro em que se acha a vaccinação na provincia (PARANÁ, 1862. p. 42).

Diante da tamanha resistência dos ditos ignorantes, os governantes não viam outra solução senão criar mecanismos que obrigassem a inoculação da vacina. Nota-se que já existia uma grande preocupação em garantir a imunização das pessoas, entretanto, estas estavam dispostas a resistir muito antes do famoso episódio da Revolta da Vacina (SEVCENKO, 1993), ocorrido no início do período republicano.

As nossas municipalidades, á quem cabe a comminação de penas e a iniciativa de posturas, de mão dadas com a autoridade policial, poderiam coagir os encarregados da infancia e reprimir taes

faltas (PARANÁ, op. cit. p. 21). (...) torna-se indispensável que as penas marcadas nos codigos de posturas municipais sejam impostas com severidade aos pais e tutores que furtarem seos filhos e pupilos ao beneficio que offerece o preservativo da variola (PARANÁ, op. cit. p. 42). O Dr. vaccinador attribue a pouca propagação á falta de uma lei que obrigue os chefes defamilia a mandar seus filhos, tutelados ou dependentes procurarem-u'a (...) (PARANÁ, 1876. p. 9).

Eles também reconheciam a existência de uma grande deficiência no serviço oferecido, uma vez que muitas vezes faltavam vacinas de eficácia comprovada e até mesmo profissionais treinados para as aplicações. Segundo o presidente, outro fator que afetava o déficit de imunizados era “a carencia de retribuição ás pessoas imcumbidas deste serviço e a impericia com que elle é feito na mór parte dos casos por pessoas incompetentes (PARANÁ, 1863. p. 20)”. Além disso, continua o chefe de estado “a inoculação praticada por curiosos, sem que se renove o puz vaccinico, cuja necessidade é actualmente incontestavel, há de originar muitos males e fornecer provas á ignorancia contra a vaccinação (Idem. p. 20)”.

Era fato que o governo não conseguia prestar um serviço satisfatório a população, principalmente àqueles mais pobres, entretanto alguns discursos médicos se dirigiam no sentido de ao menos tentar impedir que estes apelassem à ajuda dos charlatões e aos seus medicamentos estéreis e até venenosos. Conta o Dr. Muricy que durante um surto de febre foi utilizada uma solução de uso muito comum que poderia por a vida das pessoas em risco quando ingerido, segundo este médico o:

tratamento dos chamados entendidos seria bastante para agravar o mal, porque consiste no predilecto purgante, que applicam á todas as enfermidades, composto de duas onças de maná, uma de sulphato de magnesia, uma oitava de jalapa, uma de rhuibardo, duas de senne, e não sei quantos grãos de calomelanos! Este arranca-vidas, se me é lícito assim denominal-o só com a vida poderia fazer desaparecer a enfermidade. Tenho aconselhado pelo modo que me é possível a esses individuos que, quando doentes, procurem os socorros da medicina, que, como agora, lhes serão prestado gratuitamente; mas a miseria, o pejo, a inercia, a ignorancia, e como consequencia desta, o curan-

deirismo (inevitavel) a isso obstam (PARANÁ, 1863. p. 14).

Entretanto, segundo o próprio médico, o deplorável estado de saúde de algumas pessoas não era apenas de responsabilidade dos governantes, já que

o modus vivendi dos habitantes desses logares, a falta de hygiene (proveniente em grande parte de inercia), a emanciação dos corpos que della resulta a ignorancia, o estado de pobreza de muitos e a impossibilidade de trazer para a cidade e mandar aqui os doentes por causa das difficuldades com que lutam, e sobretudo a applicação indebita que alli fazem de remedios estranhos às molestias ou determinam tal disposição morbida no organismo desses infelizes, que morrendo (por assim dizer) de dia para noite succumbem afinal á esta ou áquella enfermidade mais intensa (Idem. p. 18).

Os governantes tinham consciência da falta de comprometimento das pessoas, mas também reconheciam que um dos fatores responsáveis pelos recorrentes surtos era a má conservação da cidade que ainda abrigava matadouros em péssimas condições de hygiene. Segundo declaração do inspetor da saúde ao presidente Lamenha Lins em 1876, havia muito desleixo por parte dos governantes e isto poderia ajudar na ocorrência de novas epidemias, devido ao

mao estado de aceio em que se acham o campo, as praias e algumas ruas da cidade, que, verdadeiros focos de infecção, podem produzir moléstias incalculáveis.

Igual advertencia se póde fazer com referencia a esta capital. O mao sistema de calçamento que se transforma em lama com 2 horas de chuva, em densas nuvens de pó á mais leigeira secca, não póde deixar de produzir a endemia dos orgãos respiratórios, que no correr do anno affecta grande numero de pessoas.

Os amatadouros quase dentro da cidade, e entregues ao pouco zelo de seus donos; o cemitério público á curta distancia, e collocado a cavalleiro da cidade; os grandes pantanos que a cercam principalmente formados pelos rios Ivo e Belem, cujos leitões obstruidos quase sempre, são depositos de materiais organicos em decomposição; a falta de limpeza das ruas, pelo transitorio de animaes e sua conservação nellas (PARANÁ, 1876. p. 8-9).

O mesmo quadro pode ser visto anos mais tarde quando o gestor da época apontava que seria

mister uma reforma urgente e que esta deveria estar pautada sob o saber científico da medicina. “As condições hygienicas da capital são deploráveis. Para accentual-as e propôr as necessárias modificações recorri aos illustres medicos residentes nella (PARANÁ, 1879. p. 14)”. Vale lembrar aqui que muitos políticos eram formados em medicina ou eram assessorados por médicos, portanto o que ocorreu na maioria dos casos foi à incorporação do médico ao aparelho estatal, sem, contudo, delegar-lhe total autonomia, uma vez que o estado passava a reivindicar o total controle sobre as práticas relativas à saúde e doença. Portanto, ao mesmo tempo o cientista ditava as regras e era absorvido por elas, ele tinha o controle do mundo acadêmico, mas deveria se sujeitar as convenções sociais. “A medicina e o medico são, portanto, o primeiro objeto de normalização (FOUCAULT, 1983. p. 83)”.

Provavelmente essas reformulações ficaram apenas na teoria porque passada uma década, novamente se encontram reclamações acerca do estado sanitário do estado, principalmente da capital que não conseguia acompanhar o crescimento populacional que se seguia nos anos finais do período imperial. Para Taunay era preciso “tomar em tempo providencias, Curityba desenvolve-se muito em população; a agua potavel em geral não é boa; não há systema de esgotos, nem latrinas, e a continuarem essas faltas tão sensiveis. Póde esta localidade, vir a soffrer muito (PARANÁ, 1886. p. 79)”. O mesmo pode ser visto no último relatório provincial que correu sobre a saúde pública.

Entre as causas que prejudicam a saude publica desta Capital, mencionarei as com elle, como as principaes, a má qualidade da agua de que se daz uso aqui, a flata de um systema de esgotos conforme os preceitos de hygiene, o pessimo systema actual de calçamento das ruas e as mudanças bruscas de temperatura (PARANÁ, 1888. p. 12).

O despreparo era notável também com relação aos doentes psíquicos que geralmente eram marginalizados e não recebiam tratamento algum. A ignorância da população era tanta que frequentemente solicitava-se a prisão dos alienados, como se pode ver no relatório do secretário de polícia em 1883.

De diversos pontos da provincia recebo contantes pedidos para fazer recolher a cadea desta cidade alguns alienado, o que não tenho podido satizfazer, não só por essa pratica ser irregular como por não haver alli accomodações apropriadas. Não tenho providenciado para que esses infelizes sejam recebidos e tratados convenientemente no hospital de caridade, que é subvencionado pelos cofres provinciaes, por estar informado que nesse estabelecimento não há comodios disponíveis (PARANÁ, 1883. p. 8).

Considerações finais

Em uma análise mais atenta é possível perceber que a maioria dos discursos estava focada em quatro pontos principais: a higiene, a responsabilidade médica, a prevenção das doenças e a melhoria do espaço urbano. Diante desses aspectos, tudo leva a crer que, na realidade, a medicina paranaense, pelo menos durante o período estudado, não diferiu muito do restante do país. Ao consultar algumas teses médicas escritas na mesma época verificou-se que mesmo na capital do império, outro celeiro de novos médicos, havia necessidade de um maior controle sanitário.

A Hygiene e a Therapeutica são os dous pólos magneticos da sceincia medica.

A saúde-eis o laço de solidariedade que as une.

E' esse o fito único das preocupações mentaes do clinico.

Garantil-a – eis a missão da Hygiene.

Restaural-a – eis o fim da Therapeutica.

A hygiene publica, pois, como fonte de prosperidade, como base da civilização deve merecer de todo o governo solicito pelos interesses reaes do paiz que o elegêo, a mais seria, a mais profunda attenção (CAMPISTA, 1882. p. 7).

A falta de estrutura – redes de abastecimento de água, coleta de esgotos, etc., – não era um problema restrito à província paranaense como aponta o médico da capital do Império Antonio Martins de Azevedo Pimentel.

Outra causa poderosa da insalubridade das casas, é a incrível quantidade d'agua de sabão, que cada dia é arremessada sobre os telhados das casas, e que em certos pontos corre até o meio da rua onde se formão colleções que se putrefazem logo, servindo de origem á emanações que não podem ser senão de um poder admiravel de intoxicação

por causa das materias que essa agua encerra (PI-MENTEL, 1884. p. 112).

Além da criação de redes de abastecimento de água e de tratamento dos esgotos, o futuro médico faz uma série de recomendações a fim de evitar a propagação das doenças. Vê-se também, nesse caso, claramente que os pobres são vistos como uma ameaça à saúde pública, e que há uma grande preocupação com as zonas de meretrício, que já naquela época tinham a sua parcela de contribuição para o aumento das enfermidades e até da mortalidade.

Aterrar com terra os pântanos que ainda existem; Mandar retirar já, para pontos afastados da cidade, os cemiterios, Casas de Saúde, cortumes, fabricas que possam occasionar perigo bruto ou lento para a saúde pública, e as palhoças intituladas armazens de materiaes de constrção etc;

Construir casas para aluguel barato para a classe pobre e dar um golpe decisivo nos cortiços.

Coagir os escandalos da prostituição, classificando as prostitutas como se faz em certas cidades da Europa, e sujeital-as á inspecção periodica ou outra, afim de limitar as devastações da syphilis (Idem. p. 154-155).

Como já foi apontado anteriormente fica cada vez mais evidente o apelo dos profissionais da saúde ao governo para que este criasse mecanismos de controle rigoroso no que refere ao exercício da medicina e farmacêutica, assim como fica nítida a intenção destes profissionais em difundir a ideia de que somente eles deveriam ser procurados, pois, segundo suas crenças apenas eles dominavam os conhecimentos acerca do corpo e o estado de saúde e, portanto, paulatinamente seus discursos foram se inserindo em diversas esferas sociais e pautando as principais decisões acerca do estado sanitário do Brasil.

Entre o medico que aponta ás multidões o inimigo prestes a atacal-as, e salva assim, por seus sabios conselhos, milhares de vidas; e o medico que á cabeceira de um doente trava luta silenciosa, mas ingente, com essa fatalidade a chamam-morte-qual o mais sublime?

No primeiro caso o medico salva o povo.

No segundo salva o individuo. Onde maior gloria?(CAMPISTA, op. cit. p. 7).

Uma séria medida devia ser tomada n'esta questão que tanto interessa á saúde publica, e a autoridade não devia permanecer no indifferentismo, creando

uma lei que obrigasse os negociantes de drogas a acompanhar as suas facturas com um relatorio de analyse do producto que vendessem, e os pharmaceuticos a terem nos seus estabelecimntos uma relação circunstanciada da analyse dos medicamentos que manipulasse (FERREIRA, 1884. p. 31).

Talvez os governantes não tenham alcançado o seu objetivo em curto prazo, mas, com certeza, muitos dos discursos acabaram se arraigando de tal maneira que, atualmente, algumas práticas que foram preconizadas nesta época, parecem que sempre existiram. O controle médico nunca foi tão intenso e as pessoas frequentemente recorrem às consultas médicas. O que não quer dizer que os tratamentos alternativos deixaram de existir, pelo contrário, muitas vezes estes são empregados como aliados aos tratamentos científicos.

Além disso, estes documentos servem para corroborar que é neste momento que se imprimem as primeiras tentativas de criar um serviço burocrático que tenha como funções: a) regularizar o exercício médico; b) disponibilizar para a população serviços de saúde; c) coibir a procura aos tratamentos alternativos; d) eliminar comportamentos que pudessem alterar o estado de saúde das pessoas; e) apontar e acabar com os locais, passíveis de criação e contaminação de elementos patogênicos.

Referências

CAMPISTA, Homero Moretzsohn. *Vantagens e Incovenientes da Cremação dos Cadáveres*. Tese apresentada a Faculdade de Medicinina do Rio de Janeiro, 1882.

Dezenove de dezembro, O. 30 ago. 1854.

FERREIRA, Miguel Rodrigues. *Opiaceos, sua acção physiologica e therapeutica*. Tese apresentada a Faculdade Medicina do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1884.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*: aula inaugural no College de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

_____. *Microfísica do poder*. 14. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

FRANCO, Ademir Antônio. *Colônia Thereza Christina: uma experiência socialista de Jean Maurice Faivre no centro do Paraná*. O professor PDE e os desafios da escola publica paranaense, Curitiba, vol. I, 2009. Disponível em : <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/>

pdebusca/producoes_pde/2009_unicentro_historia_artigo_ademir_antonio_franco.pdf. Acesso em: 03 jul. 2014.

GAZETA MÉDICA DA BAHIA, Vol. II. Salvador: Tipografia de Tourinho & G, 1868.

LUZ, Madel T. *Medicina e Ordem Política Brasileira*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

MEIRELLES, Nevolanda Sampaio et al. *Teses doutorais de titulados pela Faculdade de Medicina da Bahia, de 1840 a 1928*. "Gazeta Médica da Bahia" n.º 74, 1, 2004. Disponível em: <http://www.gmbahia.ufba.br/index.php/gmbahia/article/viewFile/373/362>. Acesso em: 17 fev. 2011.

NEGRÃO, Francisco. *Genealogia Paranaense*. Disponível em: <http://rco2000.sites.uol.com.br/gp.html>. Acesso em : 30 mar. 2011.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de Discurso: princípios & procedimentos*. 8. ed. Campinas: Pontes, 2009.

PIMENTEL, Antonio Martins de Azevedo. *Quaes os melhoramentos higienicos devem ser introduzidos no Rio de Janeiro para tornar esta cidade mais saudável*. Tese apresentada a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro: [s. n.], 1884.

PARANÁ. Exposição com que o Exmo. Sr. Dr. Alfredo D'Escragnolle Taunay passou a administração da Província do Paraná ao Exmo. Sr. Dr. Joaquim de Almeida Faria Sobrinho, primeiro Vice-presidente a 3 de maio de 1886. Curitiba: [s. n.], 1886.

PARANÁ. Relatório do Presidente da Província do Paraná. O Conselheiro Zacarias de Goes Vasconcelos. Na abertura da Assembléia Legislativa Provincial. Em 15 de julho de 1854. Curitiba: Tipografia Paranaense de Castro Martins Lopes, 1854.

_____. Relatório do Presidente da Província do Paraná. O Conselheiro Zacarias de Goes Vasconcelos. Na abertura da Assembléia Legislativa Provincial. Em 8 de fevereiro de 1855. Curitiba: Tipografia Paranaense de Castro Martins Lopes, 1855.

_____. Relatório apresentado a Assembléia Legislativa Provincial do Paraná no dia 1 de março de 1856 pelo Vice-presidente em exercício Henrique de Beaupaire. Curitiba: Tipografia Paranaense de Castro Martins Lopes, 1856.

_____. Relatório apresentado ao Excellentissimo Sr. Dr. francisco Liberato de Mattos, mui digno Presidente da Província do Paraná pelo 2º Vice-presidente José Antonio Vaz de Carvalhes. Sobre o estado da administração da mesma Província no anno de 1857. Curitiba: Tipografia Paranaense de Castro Martins Lopes, 1858.

_____. Relatório apresentado a Assembleia legislativa da primeira sessão da quarta legislatura pelo presidente José Francisco Cardoso. No dia 18 de março, de 1860. Curitiba: Tipografia Paranaense de Castro Martins Lopes, 1860.

_____. Relatório apresentado a Assembleia Legislativa da Província do Paraná na abertura da primeira sessão da quinta legislatura pelo Exmo. Sr. Dr. Antonio Barbosa Gomes Nogueira. No dia 15 de fevereiro de 1862. Curitiba: Tipografia do Correio Oficial, 1862.

_____. Relatório apresentado a Assembleia Legislativa da Província do Paraná pelo Presidente Antonio Barbosa Gomes Nogueira, na abertura da segunda sessão da quinta legislatura. No dia 15 de fevereiro de 1863. Curitiba: Tipografia do Correio Oficial, 1863.

_____. Relatório apresentado a Assembleia Legislativa do Paraná no dia 15 de fevereiro de 1876. Pelo Presidente da Província o Excelentissimo Sr. Dr. Adolpho Lamenha Lins. Curitiba: Tipografia da Viúva Lopes, 1876.

_____. Relatório apresentado a Assembleia Legislativa do Paraná no dia 15 de fevereiro de 1876. Pelo Presidente da Província o Excelentissimo Sr. Dr. Adolpho Lamenha Lins. Curitiba: Tipografia da Viúva Lopes, 1876.

_____. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Rodrigo Otávio de Oliveira Menezes Presidente do Paraná pelo Chefe de Polícia da mesma província Carlos Augusto de Carvalho. Em 20 de fevereiro de 1879. Curitiba: Tipografia Perseverança, 1879.

_____. Relatório apresentado 12 de setembro de 1883, pelo secretário da Polícia do Paraná por Augusto Lobo de Moura ao Presidente da Província do Paraná Sr. Luiz Alves leite de Oliveira Bello. Curitiba: [s. n.], 1883.

_____. Relatório apresentado por Joaquim D' Almeida Faria Sobrinho presidente da Província no dia 29 de dezembro de 1888. Curitiba: [s. n.], 1888.

SEVCENKO, Nicolau. *A revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*. São Paulo: Scipione, 1993.

Submetido 07/2014

Aprovado 12/2014